

**Companhia de Geração
Térmica de Energia Elétrica**
Demonstrações financeiras intermediárias em
31 de março de 2013

Sumário

Demonstrações financeiras

Balanço patrimonial.....	03
Demonstração do resultado	04
Demonstração das mutações do patrimônio líquido.....	05
Demonstração dos fluxos de caixa	06
Demonstração do valor adicionado	07

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras

1	Informações gerais	8
2	Desempenho operacional (não revisado pelo auditor independente)	9
3	Das concessões de serviço público de energia elétrica.....	10
4	Apresentação das demonstrações financeiras	14
5	Caixa e equivalentes de caixa	15
6	Clientes.....	15
7	Tributos a recuperar.....	16
8	Direito de ressarcimento – CCC / CDE.....	17
9	Almoxarifado	18
10	Outros ativos.....	19
11	Imobilizado.....	19
12	Intangível	20
13	Fornecedores.....	21
14	Tributos e contribuições sociais a recolher	21
15	Financiamentos e empréstimos	22
16	Encargos setoriais	23
17	Obrigações estimadas	24
18	Benefícios pós-emprego	24
19	Provisão para contingências.....	25
20	Remuneração aos acionistas.....	29
21	Adiantamento para futuro aumento de capital	29
22	Outros passivos	30
23	Imposto de renda e contribuição social.....	30
24	Patrimônio líquido	31
25	Receita operacional líquida.....	32
26	Custos e despesas operacionais	33
27	Resultado financeiro	34
28	Remuneração do pessoal-chave da administração (não revisado pelo auditor independente)	34
29	Instrumentos financeiros.....	34
30	Estimativa do valor justo	35
31	Gestão de capital.....	36
32	Gestão de risco financeiro	37
33	Análise de sensibilidade	39
34	Transações com partes relacionadas	40
35	Compromissos operacionais de longo prazo (não revisado pelo auditor independente)	41
36	Seguros (não revisado pelo auditor independente)	43
37	Inconstitucionalidade do PIS/PASEP e da COFINS	43
38	Assuntos regulatórios (não revisado pelo auditor independente)	44

Companhia de Geração Térmica de Energia Elétrica

Balancos patrimoniais em 31 de março Em milhares de reais

ATIVO	Nota	31/03/2013	31/12/2012	PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Nota	31/03/2013	31/12/2012
CIRCULANTE				CIRCULANTE			
Caixa e equivalentes de caixa	5	4.082	26.795	Fornecedores	13	323.838	265.967
Clientes	6	70.685	85.635	Financiamentos e empréstimos	15	159.620	190.527
Tributos a recuperar	7	19.842	13.546	Tributos e contribuições sociais a recolher	14	8.702	12.539
Direitos de Ressarcimento	8	64.724	64.176	Obrigações estimadas	17	10.729	13.542
Almoxarifado	9	75.980	75.680	Encargos setoriais	16	15.536	15.359
Outros ativos	10	8.909	4.391	Provisões para contingências	19	21.194	21.096
Total do circulante		<u>244.222</u>	<u>270.223</u>	Benefícios pós-emprego	18	82	119
				Remuneração dos acionistas	20	56.064	55.152
				Outros passivos	22	11.905	12.119
				Total do circulante		<u>607.670</u>	<u>586.420</u>
NÃO CIRCULANTE				NÃO CIRCULANTE			
Realizável a longo prazo				Financiamentos e empréstimos	15	938.334	870.507
Tributos a recuperar	7	9.989	9.989	Encargos setoriais	16	3.738	-
Depósitos judiciais	19.1	10.781	10.927	Benefícios pós-emprego	18	7	16
Total do realizável a longo prazo		<u>20.770</u>	<u>20.916</u>	Adiantamento para futuro aumento de capital	21	222.230	160.949
				Provisão para passivo atuarial		122.914	122.914
				Total do não circulante		<u>1.287.223</u>	<u>1.154.386</u>
				Total do passivo		<u>1.894.893</u>	<u>1.740.806</u>
Imobilizado	11	1.650.153	1.658.058	PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
Intangível	12	1.755	1.819	Capital social	24.1	770.815	770.815
				Reserva de lucros	24.2	2.596	2.596
				Ajustes de avaliação patrimonial		(146.015)	(146.015)
				Prejuízos acumulados		(605.389)	(417.186)
Total do não circulante		<u>1.672.678</u>	<u>1.680.793</u>	Total do patrimônio líquido		<u>22.007</u>	<u>210.210</u>
TOTAL DO ATIVO		<u>1.916.900</u>	<u>1.951.016</u>	TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		<u>1.916.900</u>	<u>1.951.016</u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Companhia de Geração Térmica de Energia Elétrica

Demonstração do resultado

Trimestres findos em 31 de março

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	NOTA	31/03/2013	31/03/2012
Receita operacional líquida	25	49.411	121.889
Custo Operacional	26	(201.159)	(117.247)
Custo com energia elétrica	26	(127.969)	(42.007)
Energia elétrica comprada para revenda		(121.979)	(38.123)
Encargos de uso da rede de transmissão		(5.990)	(3.884)
Custo de operação	26	(73.190)	(75.240)
Pessoal, material e serviços de terceiros		(55.946)	(46.757)
Depreciação e amortização		(17.434)	(21.577)
Combustíveis para a produção de energia		(50.360)	(41.159)
(-) Recuperação de despesas subvenção combustíveis		47.539	37.555
Outros		3.011	(3.302)
Lucro (prejuízo) operacional bruto		(151.748)	4.642
Despesas operacionais	26	(10.388)	(12.280)
Resultado do serviço de energia elétrica		(162.136)	(7.638)
Outras receitas/despesas		21	7
Resultado financeiro	27	(26.088)	(1.520)
Resultado operacional antes dos impostos		(188.203)	(9.151)
Imposto de renda e contribuição social	23	-	-
Prejuízo do período		(188.203)	(9.151)
Lucro básico (prejuízo) por ação (em reais)		(0,0361)	(0,0072)
Lucro diluído (prejuízo) por ação (em reais)		(0,0361)	(0,0072)

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Companhia de Geração Térmica de Energia Elétrica

Demonstração das mutações do patrimônio líquido Em milhares de reais

	Capital social	Ajustes de avaliação patrimonial	Reserva de lucros		Prejuízos acumulados	Total
			Reserva legal	Dividendos adicionais propostos		
Saldo em 31 de dezembro de 2011	337.877	(19.044)	2.596	13.088	-	334.517
Prejuízo do período	-	-	-	-	(9.151)	(9.151)
Saldo em 31 de março de 2012	337.877	(19.044)	2.596	13.088	(9.151)	325.366
Saldo em 31 de dezembro de 2012	770.815	(146.015)	2.596	-	(417.186)	210.210
Prejuízo do período	-	-	-	-	(188.203)	(188.203)
Saldo em 31 de março de 2013	770.815	(146.015)	2.596	-	(605.389)	22.007

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Companhia de Geração Térmica de Energia Elétrica

Demonstração dos fluxos de caixa Trimestres findos em 31 de março Em milhares de reais

	<u>31/03/2013</u>	<u>31/03/2012</u>
ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Resultado antes dos impostos	(188.203)	(9.151)
Contribuição Social e Imposto de Renda sobre o lucro	-	-
Prejuízo do período	<u>(188.203)</u>	<u>(9.151)</u>
Ajustes no resultado por:		
Depreciação e amortização	19.393	21.993
Encargos financeiros	(1.360)	15.238
Variações monetárias e cambiais líquidas	14.848	(18.399)
Provisões para contingências	98	1.555
Total de ajustes	<u>32.979</u>	<u>20.387</u>
Variações nos ativos e passivos operacionais:		
(Aumento) Redução em títulos e valores mobiliários	-	66.120
(Aumento) Redução em clientes	14.950	7.415
(Aumento) Redução em tributos a recuperar	(6.296)	9.707
(Aumento) Redução em cauções e depósitos vinculados	146	(179)
(Aumento) Redução em direito de ressarcimento	(549)	(17.839)
(Aumento) Redução em almoxarifado	(300)	3.741
(Aumento) Redução em outros ativos	(4.517)	(3.530)
Aumento (Redução) em fornecedores	57.872	2.898
Aumento (Redução) em tributos e contribuições sociais a recolher	(3.837)	(12.706)
Aumento (Redução) em obrigações estimadas	(2.814)	(2.900)
Aumento (Redução) em encargos setoriais	3.915	285
Aumento (Redução) em outros passivos	(261)	723
Total de variações	<u>58.309</u>	<u>53.735</u>
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	<u>(96.915)</u>	<u>64.971</u>
ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		
Aquisições de ativo imobilizado	(11.413)	(12.405)
Aquisições de ativo intangível	(11)	(226)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	<u>(11.424)</u>	<u>(12.631)</u>
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		
Recebimento de adiantamento para futuro aumento de capital	60.395	-
Ingressos de financiamentos e empréstimos	81.322	7.065
Amortização de financiamentos e empréstimos	(56.091)	(29.395)
Caixa líquido gerado pelas atividades de financiamento	<u>85.626</u>	<u>(22.330)</u>
Aumento (redução) líquido de caixa e equivalentes de caixa	<u>(22.713)</u>	<u>30.010</u>
Saldo final de caixa e equivalente de caixa	4.082	34.650
Saldo inicial de caixa e equivalente de caixa	26.795	4.640
Aumento (redução) líquido de caixa e equivalentes de caixa	<u>(22.713)</u>	<u>30.010</u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Companhia de Geração Térmica de Energia Elétrica

Demonstração do valor adicionado Trimestres findos em 31 de março Em milhares de reais

	<u>31/03/2013</u>	<u>31/03/2012</u>
RECEITAS		
Suprimento de energia elétrica	58.256	139.473
Outras receitas operacionais	983	8
	<u>59.239</u>	<u>139.481</u>
INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS (INCLUI ICMS E IPI)		
Energia elétrica comprada para revenda	(121.979)	(38.123)
Serviços de terceiros	(15.642)	(12.368)
Materiais	(22.096)	(17.342)
Matéria-prima e insumos para produção de energia elétrica	(50.360)	(41.159)
(-) Recuperação de despesas - subvenção combustíveis	47.539	37.555
Outros custos operacionais	(2.618)	(7.270)
	<u>(165.156)</u>	<u>(78.707)</u>
VALOR ADICIONADO BRUTO	<u>(105.917)</u>	<u>60.774</u>
Quotas de reintegração (depreciação e amortização)	(17.747)	(21.831)
	<u>(17.747)</u>	<u>(21.831)</u>
VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO PELA ENTIDADE	<u>(123.664)</u>	<u>38.943</u>
VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA		
Receitas financeiras	10.760	87.982
Outras receitas - aluguéis	-	481
	<u>10.760</u>	<u>88.463</u>
VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR	<u>(112.904)</u>	<u>127.406</u>
DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO		
Colaboradores	21.849	23.177
Governo	16.735	24.005
Agentes financeiros e aluguéis	36.715	89.375
Retenção/distribuição de Prejuízo do exercício	(188.203)	(9.151)
VALOR ADICIONADO DISTRIBUÍDO	<u>(112.904)</u>	<u>127.406</u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Companhia de Geração Térmica de Energia Elétrica

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras intermediárias em 31 de março de 2013
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

1 Informações gerais

A Companhia de Geração Térmica de Energia Elétrica - CGTEE ("Companhia" ou "Eletrobras CGTEE"), é uma sociedade de economia mista integrante do grupo controlado pelas Centrais Elétricas Brasileiras S.A. - Eletrobras ("controladora" ou "Eletrobras"), e foi constituída em 28 de julho de 1997.

A Companhia tem sede e Foro na cidade de Porto Alegre - capital de Estado do Rio Grande do Sul, podendo, a critério da Diretoria, criar sucursais, filiais, agências e escritórios nesta mesma cidade ou em qualquer outra parte do território nacional ou estrangeiro, observada a legislação vigente.

A Companhia tem por objeto social, conforme o seu estatuto:

- (a) realizar estudos, projetos, construções e operações de usinas produtoras de energia elétrica, de instalações de transmissão e de transformação de energia elétrica e serviços correlatos, inclusive sistemas de informática e a celebração de atos de comércio decorrentes dessas atividades, podendo participar de outras sociedades para a realização de seus objetivos sociais, observada a legislação vigente;
- (b) desenvolver atividades associadas à prestação de serviços de produção, transformação e transmissão de energia elétrica, inclusive: transmissão de dados através de suas instalações, observada a legislação pertinente; prestação de serviços técnicos de planejamento, operação, manutenção de instalações elétricas, reparos e conservação de peças e equipamentos de terceiros; serviços de otimização de processos energéticos e instalações elétricas de autoprodutor e produtor independente, com a celebração de atos de comércio decorrentes dessas atividades; cessão onerosa de faixas de servidão de linhas e áreas de terra exploráveis de usinas e reservatórios, visando a maior eficiência no uso da eletricidade;
- (c) integrar grupos de estudo, consórcios, grupos de sociedade ou quaisquer outras formas associativas com vista a pesquisas de interesse do setor energético, à formação de pessoal técnico a ela necessário, bem como à prestação de serviços de apoio técnico, operacional, administrativo e financeiro a outras empresas;
- (d) associar-se, mediante prévia e expressa autorização do Conselho de Administração da Eletrobras, para constituição de consórcios empresariais ou participação em sociedade, com ou sem aporte de recursos, no Brasil ou no exterior, com ou sem poder de controle, que se destinem à exploração da produção de energia elétrica sob o regime de concessão ou autorização, direta ou indiretamente;
- (e) comercializar, mediante prévia e expressa autorização do Conselho de Administração da Eletrobras, direitos de uso ou de ocupação de torres, instalações eletroenergéticas e prediais, equipamentos e instrumentos e demais partes que possam constituir recurso de infraestrutura de telecomunicações da Empresa;
- (f) principal atividade operacional:

Através do Contrato de Concessão nº 067, firmado com a União Federal, através da Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), a Companhia detém concessão de geração para as seguintes usinas termelétricas: Usina Presidente Médici, Fases A e B, localizada no município de Candiota; Usina de São Jerônimo, localizada no município de São Jerônimo; e Usina NUTEPA, localizada no Município de Porto Alegre, todas no Estado do Rio Grande do Sul. O referido Contrato de Concessão tem vigência até 7 de julho de 2015. O parque gerador, sob concessão, da Companhia possui potência instalada e em operação de 490 MW/h. Estas usinas serão afetadas pela Lei nº 12.783/13, conforme a Nota 3. Além da concessão citada,

Companhia de Geração Térmica de Energia Elétrica

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras intermediárias em 31 de março de 2013

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

detém autorização, por meio da Portaria MME nº 304, de 17 de setembro de 2008, para estabelecer-se como produtor independente de energia elétrica, mediante a implantação da Central Geradora Termelétrica denominada UTE Candiota III, Fase C, localizada no Município de Candiota, com capacidade instalada de 350 MW/h. A nova usina foi implantada e entrou em operação comercial em 1º de janeiro de 2011. A energia gerada pela nova usina foi comercializada no Leilão de Energia, Edital ANEEL 002-2005, realizado em 16 de dezembro de 2005, para suprimento a 31 distribuidoras de todo o País, pelo período de 15 anos, de 1º de janeiro de 2010 a 31 de dezembro de 2024. Esta usina não será afetada pela Lei nº 12.783/13.

Com a instalação da Candiota III (Fase C), a Companhia passou a contar com potência instalada total de 840 MW/h, cuja geração efetiva atende a despacho do ONS (Operador Nacional do Sistema).

Situação financeira

A Companhia apresentou no primeiro trimestre de 2013 um prejuízo de R\$ 188.203, ante um prejuízo de R\$ 9.151 no primeiro trimestre de 2012. Este resultado foi influenciado basicamente pela necessidade que a Companhia teve de adquirir energia a um alto preço, custo totalizado em R\$ 121.979 (R\$ 38.123 em 31 de março de 2012), conforme descrito na Nota 2, e pelos encargos financeiros, em consequência dos compromissos financeiros assumidos na implantação da UTE Candiota III (Fase C) e na revitalização da UTE Candiota II – Fase B, com efeito líquido negativo de R\$ 26.088 (R\$ 1.520 em 31 de março de 2012).

Das obrigações do passivo circulante, R\$ 159.620 (R\$ 190.527 em 31 de março de 2012), são referentes ao financiamento da UTE Candiota III (Fase C) e da revitalização da UTE Candiota II Fase B. Em 2012 foi concluída a negociação com a Eletrobras Holding da transformação de parte da dívida que estava contratada em moeda estrangeira (dólar Norte-Americano) para moeda corrente nacional (reais) indexada ao INPC, afastando desta forma a exposição ao risco da oscilação cambial.

Para algumas atividades de investimentos, como a revitalização da Fase B da UTE Presidente Médici e do Termo de ajustamento de conduta (TAC) assumido com o IBAMA, a Companhia conta com o apoio financeiro da Eletrobras, através da integralização de recursos destinados ao aumento de capital social (AFAC), cuja movimentação está demonstrada na Nota 21.

2 Desempenho operacional (não revisado pelo auditor independente)

A geração total de energia elétrica no primeiro trimestre de 2013 foi de 926,52 GWh (772,59 GWh no primeiro trimestre de 2012), a geração média das Fases A e B, ficou em 300,47 GWh, na Candiota III (Fase C) a geração atingiu a marca de 618,80 GWh e na Usina de São Jerônimo a média foi de 7,25 GWh, demonstrando uma tendência de crescimento no ano de 2013 de cerca de 19,92% em comparação ao mesmo trimestre do ano anterior.

Em função do volume de venda dos contratos de energia, associado com a entrada em eficácia dos novos valores de garantia física, válidos desde janeiro de 2008, e os problemas técnicos enfrentados pelas Usinas, a Companhia vinha sofrendo penalidades por insuficiência de lastro perante a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE. Desde fevereiro de 2009, para solucionar este problema a Companhia vem adquirindo sistematicamente montantes de energia, através da participação em leilões de venda de energia, evitando a exposição perante a CCEE. As aquisições de energia foram mantidas durante todo o ano de 2012, e serão mantidas em 2013 até que os índices de disponibilidade estejam recuperados.

Companhia de Geração Térmica de Energia Elétrica

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras intermediárias em 31 de março de 2013

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Diante destas ações, a Companhia vem evitando penalidades, mas comprometeu seu desempenho econômico devido ao alto custo da energia adquirida. O cenário tende a ser mais ameno para os demais trimestres de 2013, em função das reduções nos contratos, aumento na disponibilidade de geração e redução do custo da PLD por aumento de disponibilidade da geradoras hídricas no mercado.

A Disponibilidade Geral das Unidades da Eletrobras CGTEE no primeiro trimestre de 2013 foi de 31,19% nas Fases A e B, 16,78% na Usina de São Jerônimo e de 81,85% na Fase C – Candiota III, totalizando uma disponibilidade da Eletrobras CGTEE de 45,7% (42,41% no ano de 2012), mostrando uma tendência de elevação representando cerca de 7,76% superior a 2012.

A disponibilidade do primeiro trimestre de 2013 ficou levemente superior ao ano de 2012 em função da melhora de performance da UTE Candiota III (Fase C). Já para o restante do ano de 2013 as expectativas são mais otimistas, tendo em vista que no primeiro trimestre de 2013 a UG 3 da Usina Presidente Médici permaneceu em operação confiável depois de longo período em manutenção. A performance das Unidades, principalmente UG 3 da Fase B e UG 5 da UTE Candiota III, vem apresentando uma melhora significativa após as revisões finalizadas em dezembro de 2012.

3 Das concessões de serviço público de energia elétrica

A Companhia detém as seguintes concessões e autorizações de serviço público de energia elétrica junto à ANEEL, cujo detalhamento, capacidade instalada e prazos de vencimentos estão listados a seguir:

Usinas termelétricas	Capacidade instalada (MW) (iii)	Data da concessão	Data de encerramento
UTE Presidente Médici (Fases A e B) (i)	446	08/07/1995	07/07/2015
UTE São Jerônimo (i)	20	08/07/1995	07/07/2015
UTE Nutepa (i)	24	08/07/1995	07/07/2015
UTE Candiota III (Fase C) (ii)	350	18/07/2006	17/07/2041

(i) Contrato de Concessão nº 067, ANEEL.

(ii) Autorização conforme Portaria MME nº 304/2008 de 17 de setembro de 2008.

(iii) Dados não revisados pelo auditor independente.

Em 11 de setembro de 2012, o Governo Federal emitiu a Medida Provisória 579, convertida em 11 de janeiro de 2013 na Lei 12.783/2013. Esta lei foi regulamentada pelo Decreto 7.891/2013, emitido em 23 de janeiro de 2013, e dispõe sobre as concessões de geração, transmissão e distribuição de energia elétrica, sobre a redução dos encargos setoriais, sobre a modicidade tarifária, e dá outras providências. As medidas adotadas pelo Governo Federal visam, também, beneficiar os consumidores de energia elétrica através de redução de três componentes tarifários: custo de geração, custo de transmissão e encargos setoriais.

A prorrogação prevista depende ainda da aceitação expressa (Termoeletricidade) dos critérios de remuneração, alocação da energia e padrões de qualidade, constantes da Lei, estando ainda prevista à indenização dos ativos ainda não amortizados ou depreciados com base no valor novo de reposição - VNR, excetuando-se os ativos de transmissão existentes em 31 de maio de 2000, que foram considerados como totalmente amortizados.

Companhia de Geração Térmica de Energia Elétrica

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras intermediárias em 31 de março de 2013 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

As concessões de geração, transmissão e distribuição de energia elétrica que não forem prorrogadas por meio da aceitação das condições apresentadas pelo Poder Concedente, materializada pela assinatura de Termo Aditivo aos atuais contratos de concessão, nos termos Lei nº 12.783/13, serão licitadas quando do encerramento do atual prazo (2015 – 2017), na modalidade leilão ou concorrência, por até trinta anos.

3.1 Impactos no negócio geração afetados diretamente pela Lei nº 12.783/13

A expectativa da Companhia é de que no exercício de 2013, após o mesmo processo empreendido pelas hidrelétricas, possa assinar a renovação da sua concessão, cuja intenção já manifestou junto à ANEEL através da Carta PR-169/2012.

Nos estudos da Eletrobras CGTEE visando definir o VNR dos empreendimentos afetados no imobilizado em serviço foram estimados a partir do Projeto da UTE Candiota III (Fase C), concluída em dezembro de 2010. Foram realizadas as devidas adaptações técnicas para cada usina, levando em conta a vida útil contábil e as respectivas taxas de depreciação conforme Manual de Patrimônio da ANEEL.

Os empreendimentos térmicos exigem durante sua vida técnica e econômica a realização de grandes manutenções, “ reformas “ e aprimoramentos de projetos, que recuperam a sua capacidade operacional, e por consequência estendem sua vida útil. Neste aspecto estamos realizando um largo programa de investimentos que foi iniciado em 2010, visando a recuperação da capacidade operacional da Usina Presidente Médici, baseado nos seguintes pontos críticos:

- Substituição de 33 % da área de troca de calor (parede d'água) das caldeiras das unidades 3 e 4, incluindo alteração de projeto;
- Substituição total do sistema de supervisão e controle das unidades 3 e 4;
- Recuperação dos sistemas de pré-aquecimento de água de alimentação das quatro unidades, através da reforma integral de todos os trocadores de calor;
- Reforma integral da torre de refrigeração úmida, incluindo alteração de projeto;
- Implantação de sistema de amostragem contínua de água e vapor nas unidades 3 e 4, para controle da qualidade do processo;
- Aquisição de rotor de baixa pressão e componentes para uma turbina da fase B, visando recomposição da potência nominal;
- Manutenção integral dos geradores elétricos das unidades 3 e 4;
- Aquisição de nova planta de produção de água desmineralizada;
- Substituição de válvulas de segurança das caldeiras e turbinas.

O programa acima está em sua fase final, restando apenas a instalação de novo rotor da turbina de baixa pressão e manutenção de gerador elétrico, com previsão de execução a partir de abril de 2013 e conclusão da planta de água desmineralizada. As intervenções implicam em recomposição de vida útil dos equipamentos e sistemas.

Companhia de Geração Térmica de Energia Elétrica

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras intermediárias em 31 de março de 2013 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Com estes posicionamentos, e através de projeções e estudos de engenharia, a Companhia apurou o VNR das concessões afetadas pelos efeitos da Lei nº 12.783/2013 o qual comentaremos na nota 3.3.

No momento atual a companhia não tem como determinar qual será sua receita bruta e líquida após a efetivação do processo de renovação das concessões por falta de regulamentação.

3.2 Informações e decisões da Companhia

A Companhia detém concessões de 840 MW de capacidade instalada e, como já mencionado, já houve manifestação de interesse na renovação das concessões na data prevista em lei, 15 de outubro de 2012, através de correspondência à Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL.

Em função da falta de regulamentação a companhia aguarda definições como valor da indenização, modelo de contrato, tarifas a serem praticadas e outros detalhes inerentes a nova formatação de negócio proposta pelo Governo.

A Companhia está se preparando para identificar, com a máxima celeridade possível, estudos para definir, após divulgação das regras de renovação para os concessionários, os seguintes pontos:

- Potenciais impactos da alocação de cotas para o Mercado Regulado (cativo-distribuidoras);
- Tributação da indenização e outros impactos tributários;
- Empréstimos e financiamentos vinculados às concessões diretamente pela Lei nº 12.783/13 e impactos nas cláusulas restritivas dos empréstimos (*covenants*);
- Passivo sócio ambiental, passivos relacionados às ações judiciais e contingências;
- Riscos não contemplados na definição da tarifa.

Estes impactos refletem diretamente a modelagem a ser utilizada para a geração termoelétrica pela falta de regulamentação.

A Companhia detém as seguintes concessões afetadas pela Lei nº 12.783/13, posições de 31 de março de 2013 e 31 de dezembro de 2012, quando foram efetuados os ajustes contábeis visando a aplicação da nova legislação:

Concessões de GERAÇÃO			
Indenização dos ativos			
Ativos afetados	Valor residual regulatório 31/03/2013	Valor residual contábil 31/03/2013	Valor indenização (proposta)
UTE SÃO JERÔNIMO	5.348	5.348	-
UTE NUTEPA	3.976	3.976	-
UTE PRESIDENTE MÉDICI	151.730	151.730	153.003
Total afetados	161.054	161.054	153.003
Ativos não afetados	Valor residual regulatório 31/03/2013	Valor residual contábil 31/03/2013	Valor indenização (proposta)
UTE Candiota III (Fase C)	1.210.064	1.210.064	Não aplicável
Total não afetados	1.210.064	1.210.064	-
Total ativos de geração	1.371.118	1.371.118	153.003

Companhia de Geração Térmica de Energia Elétrica

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras intermediárias em 31 de março de 2013 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Concessões de GERAÇÃO

Indenização dos ativos			
Ativos afetados	Valor residual regulatório 31/12/2012	Valor residual contábil 31/12/2012	Valor indenização (proposta)
UTE SÃO JERÔNIMO	5.348	5.348	-
UTE NUTEPA	3.976	3.976	-
UTE PRESIDENTE MÉDICI	157.559	157.559	153.003
Total afetados	166.883	166.883	153.003
Ativos não afetados	Valor residual regulatório 31/12/2012	Valor residual contábil 31/12/2012	Valor indenização (proposta)
UTE Candiota III (Fase C)	1.209.906	1.209.906	Não aplicável
Total não afetados	1.209.906	1.209.906	-
Total ativos de geração	1.376.789	1.376.789	153.003

Como concessão não afetada pela Lei nº 12.783/2013 a companhia detém a permissão da UTE Candiota III (Fase C) até 2041, que no momento não é atingida pela alteração da legislação.

3.3 Apresentação dos impactos contábeis

A Companhia identificou como único impacto possível de mensuração, através de estudos internos, a questão do VNR (Valor Novo de Reposição) a ser utilizado como possível de indenização conforme previsão legal e expectativa da Companhia. Este impacto a Companhia apurou no que tange ao ativo imobilizado em serviço e em curso apontando a necessidade de provisão de R\$ 23.948, lançados como redutor destes ativos em 31 de dezembro de 2012. Este valor reflete a expectativa de não serem indenizadas as unidades geradoras da UTE São Jerônimo, UTE NUTEPA e UTE Candiota II (Fase A), e parcela de imobilizado em curso não passível de indenização, por não caracterizarem expansão ou melhoria.

No quadro abaixo apresentamos o resumo relativo a este impacto contábil em 31 de março de 2013 e 31 de dezembro de 2012:

Imobilizado em serviço em 31/03/2013

	Contábil	VNR líquido	Provisão	Não provisionado
Candiota II (Fase A)	11.110	-	(11.110)	-
Candiota II (Fase B)	140.620	153.003	-	12.382
São Jerônimo	5.348	-	(5.348)	-
Nutepa	3.976	-	(3.976)	-
Subtotal	161.054	153.003	(20.434)	12.382

Imobilizado em curso em 31/03/2013

	Contábil	VNR líquido	Provisão	Não provisionado
Candiota II (Fase A)	3.031	-	(3.031)	-
Candiota II (Fase B)	263.795	259.326	-	(4.469)
São Jerônimo	213	-	(213)	-
Nutepa	270	-	(270)	-
Subtotal	267.309	259.326	(3.514)	(4.469)
Total	428.363	412.329	(23.948)	7.913

Companhia de Geração Térmica de Energia Elétrica

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras intermediárias em 31 de março de 2013 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Imobilizado em serviço em 31/12/2012

	Contábil	VNR líquido	Provisão	Não provisionado
Candiota II (Fase A)	11.110	-	(11.110)	-
Candiota II (Fase B)	146.449	153.003	-	6.554
São Jerônimo	5.348	-	(5.348)	-
Nutepa	3.976	-	(3.976)	-
Subtotal	<u>166.883</u>	<u>153.003</u>	<u>(20.434)</u>	<u>6.554</u>

Imobilizado em curso em 31/12/2012

	Contábil	VNR líquido	Provisão	Não provisionado
Candiota II (Fase A)	3.031	-	(3.031)	-
Candiota II (Fase B)	258.088	259.326	-	1.238
São Jerônimo	213	-	(213)	-
Nutepa	270	-	(270)	-
Subtotal	<u>261.602</u>	<u>259.326</u>	<u>(3.514)</u>	<u>1.238</u>
Total	<u>428.485</u>	<u>412.329</u>	<u>(23.948)</u>	<u>7.792</u>

4 Apresentação das demonstrações financeiras

4.1 Base de apresentação das demonstrações financeiras intermediárias condensadas

As demonstrações financeiras intermediárias condensadas individuais da Companhia foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, considerando o custo histórico como base de valor, bem como o valor justo para alguns ativos e passivos financeiros, compreendendo as disposições da legislação societária previstas na Lei 6.404/76, com as alterações da Lei 11.638/07, Lei 11.941/09, as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM), bem como os demais pronunciamentos, interpretações e orientações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) vigentes em 31 de março de 2013.

4.2 Demonstrações financeiras intermediárias condensadas

As informações financeiras intermediárias da Companhia foram preparadas de acordo com o Pronunciamento Contábil – CPC 21 “Demonstrações Intermediárias” e estão sendo apresentadas de forma condensada nos termos do referido pronunciamento.

As políticas contábeis adotadas na elaboração das demonstrações financeiras intermediárias condensadas, bem como os principais julgamentos e incertezas nas estimativas utilizadas na aplicação das práticas contábeis, são consistentes com o praticado na preparação das demonstrações financeiras do exercício em 31 de dezembro de 2012, publicadas no Diário Oficial do Estado do Rio Grande do Sul em 19 de abril de 2013. As demonstrações intermediárias devem ser lidas em conjunto com as demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2012.

As presentes demonstrações financeiras intermediárias condensadas foram aprovadas pela diretoria da Companhia em 25 de abril de 2013.

4.3 Mudanças nas políticas contábeis e divulgações

As alterações e novas interpretações das normas internacionais de relatórios financeiros obrigatórias para os períodos contábeis iniciados após 1º de janeiro de 2013, e indicadas nas demonstrações financeiras do exercício de 2012, não causaram impacto nas demonstrações financeiras intermediárias de 31 de março de 2013.

Companhia de Geração Térmica de Energia Elétrica

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras intermediárias em 31 de março de 2013
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

5 Caixa e equivalentes de caixa

	<u>31/03/2013</u>	<u>31/12/2012</u>
Caixa e depósitos bancários à vista	4.082	4.137
Aplicações financeiras	-	22.658
Total	<u>4.082</u>	<u>26.795</u>

6 Clientes

A Companhia comercializa em leilões a energia elétrica produzida. O saldo a receber, em cada leilão, está abaixo demonstrado:

	<u>31/03/2013</u>	<u>31/12/2012</u>
2º Leilão CCEAR Energia Existente - 2008/2015	11.489	11.836
4º Leilão CCEAR Energia existente - 2009/2016	4.131	3.986
1º Leilão CCEAR Energia nova - 2010/2024	16.518	25.042
Previsão 1º Leilão	37.907	37.885
Enerpar - Ambiente livre	-	6.246
Outros	640	640
Total	<u>70.685</u>	<u>85.635</u>

A redução do saldo a receber em 31 de março de 2013 deve-se ao término de contrato de comercialização de energia em ambiente livre, e a cancelamentos de receita previstos para o 1º Leilão.

A composição, por vencimento, está demonstrada a seguir:

	<u>Vincendos</u>	<u>Vencidos até 90 dias</u>	<u>Vencidos há mais de 90 dias</u>	<u>31/03/2013</u>	<u>31/12/2012</u>
Suprimento de energia	46.521	23.527	637	70.685	85.635
Total	<u>46.521</u>	<u>23.527</u>	<u>637</u>	<u>70.685</u>	<u>85.635</u>

A Companhia não apresenta provisão para devedores duvidosos, por ter garantia de recebimento dos direitos pela venda de energia em normativas do órgão regulador.

Companhia de Geração Térmica de Energia Elétrica

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras intermediárias em 31 de março de 2013
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

7 Tributos a recuperar

	<u>31/03/2013</u>	<u>31/12/2012</u>
IRPJ/CSLL a recuperar	3.497	666
IR retido na fonte	85	495
PIS/PASEP/COFINS a recuperar - Lei 11.196/05 (i)	7.598	7.532
PIS/PASEP/COFINS a recuperar - regime não cumulativo (ii)	4.057	-
Antecipações de IRPJ e CSLL	-	3.520
ICMS a recuperar (iii)	2.933	-
Outros	1.672	1.333
Total Circulante	<u>19.842</u>	<u>13.546</u>
ICMS a recuperar (iii)	9.989	9.989
Total Não Circulante	<u>9.989</u>	<u>9.989</u>
Total	<u>29.831</u>	<u>23.535</u>

(i) PIS-PASEP/COFINS - Lei nº 11.196/05, art. 109

A Companhia vinha apurando pela sistemática não cumulativa as contribuições para o Programa de Integração Social – PIS/Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público - PASEP, no período de dezembro de 2002 até fevereiro de 2006 e Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS, no período de fevereiro de 2004 até fevereiro de 2006, ambas incidentes sobre a receita oriunda dos contratos iniciais com as concessionárias RGE, AES SUL e CEEE com alíquotas de 1,65% (PIS-PASEP) e 7,6% (COFINS), com base na interpretação introduzida pela IN SRF nº 468, de 8 de novembro de 2004. Tal interpretação definiu o conceito de preço predeterminado, utilizado na Lei nº 10.833/03, art. 10, inciso XI, alíneas "b" e "c", estabelecendo os parâmetros para determinar a forma de tributação da principal receita da Companhia.

Através da edição da Lei nº 11.196, de 21 de novembro de 2005, ocorreu nova interpretação do conceito de preço predeterminado, fazendo com que a Companhia passasse a apurar as contribuições ao PIS-PASEP e COFINS pela sistemática cumulativa e conseqüentemente com alíquotas de 0,65% (PIS-PASEP) e 3% (COFINS).

Como resultado da revisão das bases de cálculo das apurações do PIS-PASEP e COFINS, para os períodos em que a Companhia recolheu estas contribuições pelo regime não cumulativo, foram detectados pagamentos a maior no valor de R\$ 14.042, representado por créditos de R\$ 14.828 (valores pagos a maior), e débitos de R\$ 786 (valores pagos a menor).

Estes valores estavam sendo utilizados na compensação de débitos de tributos federais.

Em função do procedimento de fiscalização pela Secretaria da Receita Federal, não foi possível durante o exercício de 2007 fazer todas as retificações das declarações necessárias. Com isso, a Companhia ficou impossibilitada de fazer os recolhimentos dos débitos e a utilização dos créditos, mantendo a atualização dos valores. No segundo e terceiro trimestres de 2008, a Companhia procedeu às retificações das declarações para o período de abril de 2003 a fevereiro de 2006, com exceção dos meses de novembro e dezembro de 2004, janeiro, março, abril, maio, junho e julho de 2005.

Companhia de Geração Térmica de Energia Elétrica

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras intermediárias em 31 de março de 2013 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Para os meses citados acima, a Companhia aguarda julgamento por parte da Receita Federal do Pedido Administrativo solicitando a utilização dos créditos, em razão da impossibilidade da execução via internet, em função dos pagamentos terem sido executados via pedido de compensação (PERDCOMP).

(ii) PIS-PASEP/COFINS - Lei nº 10.833/2003 art. 3º - regime não cumulativo

A Companhia poderá descontar créditos calculados em relação a:

- Bens e serviços utilizados como insumo na prestação de serviços e na produção ou fabricação de bens ou produtos;
- Energia elétrica consumida nos estabelecimentos da pessoa jurídica;
- Aluguéis de prédios máquinas e equipamentos, utilizados nas atividades da empresa;
- Encargos de depreciação e amortização.

A Companhia vem se creditando mensalmente destas despesas no momento da apuração do Pis/Cofins, sendo que com a entrada em operação da fase C os créditos com relação à depreciação de máquinas e equipamentos e material de insumo aumentaram significativamente.

O saldo de R\$ 4.057 em 31 de março de 2013, são créditos de Pis/Cofins apurados em períodos anteriores e do próprio mês, os quais foram reconhecidos contabilmente pela empresa, e que em função da diminuição da receita de energia dos contratos da fase C, não foram aproveitados até momento, mas com previsão de utilização nos próximos meses.

(iii) ICMS a recuperar

O saldo de ICMS a recuperar no ativo circulante, R\$ 2.933 em 31 de março de 2013, é originado de insumos utilizados no processo produtivo, principalmente da aquisição de cal nacional.

Os créditos fiscais de ICMS no ativo não circulante, no valor de R\$ 9.989 em 31 de março de 2013 (R\$ 9.989 em 31 de dezembro de 2012) originaram-se, principalmente, das operações de compra de Cal e outros. Atualmente, o ICMS sobre as saídas por venda de energia elétrica para as concessionárias é diferido, conforme Livro III, art. 1º do regulamento do ICMS do Estado do Rio Grande do Sul. Entretanto, esses créditos poderão ser realizados através da compensação com pagamentos devidos pela importação de equipamentos, aquisição de cal do Uruguai e de transferências para outras empresas estabelecidas no Estado do Rio Grande do Sul, não sendo esperadas perdas pela administração da Companhia na realização dos referidos créditos. No ano de 2013, a Companhia utilizou R\$ 89 para a compensação em pagamentos de ICMS sobre a importação de equipamentos no valor de R\$ 3 milhões da construção da UTE Candiota III - Fase C, e em aquisição de cal no valor de R\$ 86 para o dessulfurizador da UTE Candiota III - Fase C. Cabe destacar que a integralidade dos créditos registrados nesta rubrica esta validado junto à Secretaria da Fazenda do Estado do Rio Grande do Sul para futura compensação.

8 Direito de ressarcimento – CCC / CDE

	<u>31/03/2013</u>	<u>31/12/2012</u>
CCC/CDE	64.724	64.176
Total	<u>64.724</u>	<u>64.176</u>

Companhia de Geração Térmica de Energia Elétrica

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras intermediárias em 31 de março de 2013 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Esta rubrica é composta pelos valores a receber da Eletrobras decorrente de subvenção para aquisições de combustíveis fósseis com recursos da Conta de Consumo de Combustível – CCC, e também, da Conta de Desenvolvimento Energético - CDE, de acordo com a Resolução Normativa ANEEL nº 129/2004.

O saldo em 31 de março de 2013 e em 31 de dezembro de 2012 tem a seguinte composição:

	<u>31/03/2013</u>	<u>31/12/2012</u>
CCC UTE Candiota III - Fase C – (a)	13.375	12.166
CDE UTE Candiota II – Fases A e B – (a)	18.805	22.102
ANEEL Termo de Notificação TN-025/2011 (b)	27.926	27.926
Outros (c)	4.618	1.982
Total	<u>64.724</u>	<u>64.176</u>

a) Referem-se ao ressarcimento de combustíveis dos meses de fevereiro e março de 2013, cujas faturas já estão pagas, e que estão em trâmite para liberação pela Eletrobras.

b) Trata-se de Termo de Notificação da ANEEL que determina a suspensão do reembolso de despesas com cinzas e operação no pátio de carvão. A Companhia apresentou impugnação a este termo, alegando que cabe ao Ministério das Minas e Energia (MME) definir os procedimentos de ressarcimento dessas despesas, através da Conta de Desenvolvimento Energético (CDE). Houve decisão de procedência do pedido da Companhia, mas o valor ainda não foi ressarcido devido à apresentação de recurso pela Associação Nacional dos Consumidores de Energia (ANACE);

c) Parcelas não ressarcidas de 2012, que aguardam quitação pela Eletrobras.

9 Almoxarifado

	<u>31/03/2013</u>	<u>31/12/2012</u>
Material de consumo	23.067	22.767
Combustíveis	52.913	52.913
Total	<u>75.980</u>	<u>75.680</u>

Esta rubrica é constituída da aplicação de recursos em materiais e combustíveis destinados a atividade operacional da Companhia.

Companhia de Geração Térmica de Energia Elétrica

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras intermediárias em 31 de março de 2013
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

10 Outros ativos

	<u>31/03/2013</u>	<u>31/12/2012</u>
Adiantamentos a empregados	1.058	358
Adiantamentos a fornecedores	2.477	3.739
Pagamentos antecipados - prêmio e apropriação de seguros	4.710	8
Outros devedores	664	286
Total	<u>8.909</u>	<u>4.391</u>

Os adiantamentos a fornecedores constituem-se de antecipações contratuais vinculados ao Contrato de Manutenção da UTE Candiota II – Fase B, destinadas à manutenção e melhoria do desempenho operacional, mas que não se enquadram como imobilizado, por não representarem acréscimo patrimonial ou aumento de vida útil.

11 Imobilizado

O saldo foi assim movimentado no período:

	<u>31/12/2012</u>	<u>Adições</u>	<u>Baixas</u>	<u>31/03/2013</u>
Em serviço	3.183.679	-	(25)	3.183.654
Depreciação	(1.806.203)	(18.976)	25	(1.825.154)
Em curso	345.222	11.269		356.491
Total Geração	<u>1.722.698</u>	<u>(7.707)</u>	<u>-</u>	<u>1.714.991</u>
Em serviço	12.303	-	-	12.303
Depreciação	(6.912)	(342)	-	(7.254)
Em curso	1.517	144	-	1.661
Total Administração	<u>6.908</u>	<u>(198)</u>	<u>-</u>	<u>6.710</u>
<i>Impairment</i>	(47.600)	-	-	(47.600)
Perdas com a lei 12.783/13	(23.948)	-	-	(23.948)
Total Provisões	<u>(71.548)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(71.548)</u>
Total	<u>1.658.058</u>	<u>(7.905)</u>	<u>-</u>	<u>1.650.153</u>

Está registrado no imobilizado como redutor, o valor de R\$ 71.548 mil, referente às expectativas de perda gerada na realização dos estudos do valor novo de reposição (VNR), e os estudos do CPC 01 relativos ao *impairment* da UTE Candiota II (Fase B).

Atendendo orientação da ANEEL, contida no Ofício nº 965/2002-SFF/ANEEL, de 7 de outubro de 2002, a Companhia tem sob sua guarda bens (materiais e equipamentos) recebidos da União destinados ao empreendimento UTE Candiota III - Fase C, em regime especial de utilização, sem ônus para a Companhia, no valor de R\$ 189.292, tendo como base a data de 30 de abril de 2000, conforme avaliação constante do Relatório do Grupo de Trabalho instituído pela Portaria Interministerial nº 19, de 28 de janeiro de 2000. Este valor não será incorporado ao ativo imobilizado da Companhia e, portanto, não é sujeito à indenização quando do término do prazo de concessão.

Companhia de Geração Térmica de Energia Elétrica

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras intermediárias em 31 de março de 2013

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Sobre os ativos operacionais das usinas da Companhia não pairam garantias fiduciárias ou judiciais em 31 de março de 2013.

Com relação aos ativos da UTE Candiota II (Fases A e B), a Companhia assinou um Termo de ajustamento de conduta (TAC) junto ao IBAMA, descrito na nota 19.d. Os bens adquiridos ou em aquisição estão registrados no ativo imobilizado em curso.

As taxas de depreciação aplicadas em 31 de março de 2013 são as definidas pela resolução normativa ANEEL nº 474/2012, e estão demonstradas no quadro a seguir:

	<u>2013 e 2012</u>
Geração	
Caldeira	4,00%
Chaminé	4,00%
Equipamento ciclo térmico	4,55%
Equipamentos da tomada d'água	3,70%
Edificações - casa de força	2,00%
Edificações - outras	3,33%
Máquinas e equipamentos	2,00 a 6,67%
Reservatórios, barragens e adutoras	2,00%
Turbina a vapor	4,00%
Veículos	14,29%
Administração	
Máquinas e equipamentos	6,25%
Móveis e utensílios	6,25%
Veículos	14,29%

12 Intangível

Em 2013, o ativo intangível apresentou a seguinte movimentação:

	<u>31/12/2012</u>	<u>Adições</u>	<u>31/03/2013</u>
Em serviço			
Custo	12.073		12.073
Amortização	(10.783)	(75)	(10.858)
Em curso			
Custo	529	11	540
Total	<u>1.819</u>	<u>(64)</u>	<u>1.755</u>

O saldo de ativos intangíveis em serviço, bem como as adições do exercício, referem-se a aquisições em direito de uso de *softwares*.

A taxa anual de amortização utilizada pela Companhia é a prevista no MCPSE, aprovado pela Resolução ANEEL nº 367/2009, relativa ao Tipo de Bem - TIB 205, item 205.01 (Direito) 205.02 (Marca), e 205.03 (Patente) - 20% ao ano.

Companhia de Geração Térmica de Energia Elétrica

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras intermediárias em 31 de março de 2013
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

13 Fornecedores

	<u>31/03/2013</u>	<u>31/12/2012</u>
Materiais e serviços (a)	36.859	40.001
Suprimento de energia elétrica (b)	256.567	206.876
Encargos de uso da rede elétrica (b)	2.508	3.055
Aquisição de combustíveis (c)	27.904	16.035
Total	<u>323.838</u>	<u>265.967</u>

(a) Materiais e serviços

Refere-se a compra de materiais, serviços e outras aquisições, para atender projetos em execução (Revitalização e Adequação Ambiental da UTE Presidente Médici/Candiota) e para operação normal das unidades produtivas da Companhia.

(b) Suprimento de Energia e Encargos de Uso da Rede Elétrica

Referem-se ao saldo em aberto da energia elétrica comprada para revenda e dos encargos de uso da rede de transmissão de energia elétrica.

Também contêm a provisão para liquidação especial da AES SUL no valor de R\$ 1.829 em 31 de março de 2013 (R\$ 1.829 em 31 de dezembro de 2012) e as penalidades da CCEE que estão em discussão judicial com exigibilidade suspensa no valor de R\$ 38.709 em 31 de março de 2013 (R\$ 38.709 em 31 de dezembro de 2012).

(c) Aquisição de combustíveis

Refere-se à compra de combustíveis para produção de energia elétrica destinados às unidades operativas da Companhia.

14 Tributos e contribuições sociais a recolher

	<u>31/03/2013</u>	<u>31/12/2012</u>
ISS de terceiros	478	360
IRPJ, CSLL, PIS/PASEP/COFINS de terceiros	5.652	8.780
INSS	1.970	2.339
SENAI/SESI	169	157
FGTS	433	903
Total	<u>8.702</u>	<u>12.539</u>

Companhia de Geração Térmica de Energia Elétrica

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras intermediárias em 31 de março de 2013
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

15 Financiamentos e empréstimos

15.1 Composição

	31/03/2013				31/12/2012			
	Encargos	Circulante	Não circulante	Total	Encargos	Circulante	Não circulante	Total
Moeda nacional								
Eletrobras	3.335	156.285	938.334	1.097.954	5.582	184.945	870.507	1.061.034
Total Moeda nacional	3.335	156.285	938.334	1.097.954	5.582	184.945	870.507	1.061.034
Total	3.335	156.285	938.334	1.097.954	5.582	184.945	870.507	1.061.034

Os financiamentos e empréstimos existentes foram tomados, em sua totalidade, junto à Eletrobras, e se destinaram a viabilizar a construção da UTE Candiota III (Fase C) e, também, para viabilizar as compras de energia que a Companhia necessitou nos últimos exercícios.

Em função do impacto negativo no seu resultado causado pela variação cambial incidente sobre os empréstimos em moeda estrangeira, a Companhia os renegociou em novembro de 2012, e conseguiu transferir todo o saldo de moeda estrangeira para moeda nacional.

Os financiamentos e empréstimos não geram gravames sobre os bens patrimoniais da companhia. As garantias oferecidas são constituídas sobre os contratos de suprimento de energia mantidos com as distribuidoras.

15.2 Composição dos saldos por indexador

	<u>31/03/2013</u>	<u>31/12/2012</u>
Selic	179.216	118.273
IPCA	783.062	811.963
Juros contratuais	135.676	130.798
Total	<u>1.097.954</u>	<u>1.061.034</u>

15.3 Vencimentos das parcelas do passivo não circulante

	<u>31/03/2013</u>	<u>31/12/2012</u>
2014	161.830	143.543
2015	182.944	163.430
2016	131.359	126.236
2017	106.293	96.651
Após 2017	355.908	340.647
Total Não Circulante	<u>938.334</u>	<u>870.507</u>

Companhia de Geração Térmica de Energia Elétrica

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras intermediárias em 31 de março de 2013
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

15.4 Movimentação dos financiamentos e empréstimos

Saldo em 31/12/2012	1.061.034
Ingressos	81.322
Encargos	(2.247)
Variação monetária	13.936
(-) Amortizações	(56.091)
Saldo em 31/03/2013	1.097.954
Saldo em 31/12/2011	1.001.848
Ingressos	7.065
Encargos	5.921
Variação monetária/cambial	(19.371)
(-) Amortizações	(29.394)
Saldo em 31/03/2012	966.069

16 Encargos setoriais

	<u>31/03/2013</u>	<u>31/12/2012</u>
RGR	15.175	15.175
Taxa fiscalização ANEEL	361	184
Total circulante	15.536	15.359
RGR	3.738	-
Total não circulante	3.738	-
Total	19.274	15.359

Nesta rubrica estão registrados os valores relativos à RGR de 2011 e 2012 a serem recolhidos em 2013, e os valores da taxa de fiscalização referentes a 2013.

A ANEEL não divulgou, até 31 de março de 2013, os valores da RGR de 2013.

Companhia de Geração Térmica de Energia Elétrica

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras intermediárias em 31 de março de 2013
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

17 Obrigações estimadas

	<u>31/03/2013</u>	<u>31/12/2012</u>
Folha de Pagamento	3.839	4.247
Encargos - Folha de pagamento	1.024	1.822
Provisão de férias	2.601	3.943
Provisão gratificação de férias	404	861
Provisão de 13º salário	1.038	96
INSS s/ provisão de férias e 13º salário	1.460	2.065
FGTS s/ provisão de férias e 13º salário	363	508
Circulante	<u>10.729</u>	<u>13.542</u>

18 Benefícios pós-emprego

Em decorrência do acordo coletivo de trabalho homologado em 1º de janeiro de 1997, a Companhia é responsável pelo pagamento do benefício de complementação da aposentadoria por tempo de serviço que tenha sido concedida pela Previdência Oficial aos participantes regularmente inscritos na Fundação ELETROCEEE, nos termos de "benefício definido" e que não tenham ainda cumprido todos os requisitos para a fruição do mencionado benefício pela mesma, até o atendimento destes requisitos, quando então serão definitivamente aposentados pela Fundação.

Desta forma, a Companhia provisionou os valores integrais dos compromissos futuros relativos às complementações salariais e às contribuições à Fundação, a serem pagas até o reconhecimento do benefício pela Fundação, considerando o prazo médio de pagamento deste benefício, incluindo décimo terceiro salário, ajustados a valor presente pela taxa de 12% ao ano.

Os valores provisionados estão assim resumidos:

	<u>31/03/2013</u>	<u>31/12/2012</u>
Plano de previdência complementar	73	107
Contribuição à ELETROCEEE	9	12
Total Circulante	<u>82</u>	<u>119</u>
Plano de previdência complementar	6	14
Contribuição à ELETROCEEE	1	2
Total Não Circulante	<u>7</u>	<u>16</u>
Total	<u>89</u>	<u>135</u>

Companhia de Geração Térmica de Energia Elétrica

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras intermediárias em 31 de março de 2013
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

19 Provisão para contingências

Em 2013, o passivo contingente teve a seguinte movimentação:

	<u>31/12/2012</u>	<u>Adições</u>	<u>31/03/2013</u>
Trabalhistas (a)	6.145	382	6.527
Cíveis (c)	18.444	-	18.444
Subtotal	24.589	382	24.971
(-) Depósitos recursais	(3.493)	(284)	(3.777)
Total	21.096	98	21.194

Os depósitos recursais referem-se aos valores exigidos para dar continuidade à discussão judicial dos processos trabalhistas, inclusive de reclamationárias ajuizadas por empregados da Companhia Estadual de Energia Elétrica - CEEE.

(a) Contingências trabalhistas

Contingências prováveis

Com base na opinião de seus assessores jurídicos, a Companhia possui provisão no valor de R\$ 6.527 em 31 de março de 2013 (R\$ 6.145 em 31 de dezembro de 2012) para cobrir as perdas prováveis, para os quais a Companhia realizou depósitos recursais no valor de R\$ 3.777 em 31 de março de 2013 (R\$ 3.493 em 31 de dezembro de 2012).

Contingências possíveis

Com base na opinião dos assessores jurídicos da Companhia, não existem Processos trabalhistas classificados como de perda possível ou remota.

(b) Contingências tributárias

Contingências prováveis

Não há processos pendentes com probabilidade provável de perda em 31 de março de 2013.

Contingências possíveis

Com possibilidade de perda possível, a Companhia é parte em processos fiscais que totalizam R\$ 46.887 em 31 de março de 2013 (R\$ 46.887 em 31 de dezembro de 2012), não provisionados.

Auto de infração nº 11080.722655/2010/96

A Companhia através do Auto de Infração nº 11080.722655/2010/96, de 30 de julho de 2010, foi autuada em R\$ 15.695 com relação à apuração das contribuições do PIS/COFINS referente ao ano de 2006.

A Companhia apresentou impugnação através dos Advogados Meyer, Sendacz e Opice Advogados, sendo entendimento da administração, baseada em seus assessores jurídicos,

Companhia de Geração Térmica de Energia Elétrica

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras intermediárias em 31 de março de 2013 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

que a probabilidade de perda é possível, sem alteração até o momento do fechamento destas demonstrações financeiras.

Outros autos de infração

Em decorrência do desembaraço de declarações de importações que se encontravam pendentes de liberação, a Companhia recebeu em 21 de junho de 2011, a emissão dos Autos de Infração nºs 11050.720150/2011-25 (R\$ 4.505) e 11050.720140/2011-90 (R\$ 18.741), e em 4 de agosto de 2011 e 17 de agosto de 2011 os Autos de Infração nºs 11050.720435/2011-66 (R\$ 1.691) e 11050.720343/2011-86 (R\$ 2.824), respectivamente. Os referidos autos têm como base de autuação a descaracterização do ex-tarifário obtido pela Companhia para o projeto UTE Candiota III (Fase C), que proporcionou redução dos percentuais de II e IPI, com reflexo nos demais impostos e contribuições, por falta de similaridade na indústria nacional, sendo o valor lançado nos referidos autos, as diferenças destes impostos e contribuições adicionados de multa e juros.

A Companhia contratou os consultores jurídicos Franceschini Advogados, os quais emitiram opinião de que a probabilidade de perda é possível, sem alteração até o momento do fechamento destas demonstrações financeiras.

(c) Contingências cíveis

Contingências prováveis

As contingências cíveis referem-se principalmente a valores relativos a disputas com fornecedores classificados como perda provável, estimada pela assessoria jurídica da Companhia é de R\$ 18.444 em 31 de março de 2013 (R\$ 18.444 em 31 de dezembro de 2012). Deste total destaca-se a Ação de autoria da CEEE-D para cobrança de valores contestados na data de transferência (1998/1999) da CGTEE para a Eletrobras. Em 2012 realizou-se a atualização do valor provisionado, que passou para R\$ 17.444.

Contingências possíveis

Com possibilidade de perda possível, a Companhia é parte em processos cíveis que totalizam R\$ 425 em 31 de março de 2013 (R\$ 425 em 31 de dezembro de 2012), não provisionados, sem alteração até o momento do fechamento destas demonstrações financeiras.

Ação ordinária nº 2009.71.00.013550-8

A Companhia ingressou com ação ordinária nº.2009.71.00.013550-8 contra a ANEEL - CCEE, na 4ª Vara Federal da 4ª Região em Porto Alegre, a fim de anular a aplicação pela CCEE por delegação da ANEEL da penalidade por insuficiência de lastro de energia. A CCEE emitiu Termos de Notificação, à CGTEE, por descumprimento de norma regulatória que determina que seja apresentado lastro proveniente de garantia física ou contratual para cem por cento de seus contratos de venda de energia. Apresentou-se defesa administrativa, tendo sido decidido pela CCEE não conhecer as razões da contestação, a qual foi liquidada. A ANEEL decidiu pelo não acolhimento do recurso. Dessa forma, houve o ingresso com a ação judicial para anular a cobrança. O processo está na fase postulatória. Foi deferida a tutela antecipada suspendendo aplicação da multa em vigor. No momento, aguarda julgamento do recurso especial da ANEEL contra decisão do TRF que manteve a competência da Justiça Federal da 4ª Região. O incidente de impugnação ao valor da causa não foi julgado até o momento.

Companhia de Geração Térmica de Energia Elétrica

**Notas explicativas da administração às demonstrações
financeiras intermediárias em 31 de março de 2013**
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Ação indenizatória nº 001/1.10.0214352-8

Em 17 de agosto de 2010, KFW KREDITANSTALT FUR WIEDERAUFBAU BANKENGRUPPE (KFW) ingressou com ação indenizatória 001/1.10.0214352-8 na 11ª Vara Cível do Foro Central, requerendo a condenação de danos materiais e morais contra a CGTEE, em decorrência de supostos avais que seriam atribuídos à CGTEE. Após a impugnação da CGTEE, o juiz atribuiu à causa o valor de R\$ 5.707, visto que o autor só havia quantificado os danos materiais em R\$ 2.853. O processo encontra-se na fase postulatória, sendo que a CGTEE já contestou a ação. Segundo o Escritório Pinheiro Neto Advogados Associados que representam a Companhia nesse processo, a probabilidade de perda da ação é possível, próxima à remota, sem alteração até o momento do fechamento destas demonstrações financeiras.

Outros processos

Em 26 de julho de 2011, a Companhia tomou conhecimento de Termo de Notificação emitido pela Superintendência de Fiscalização Econômica e Financeira - SFF da Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, e comunicado via fax informando que serão realizados descontos no valor de R\$ 49.827 referente a valores ressarcidos indevidamente à CGTEE de 2005 a 2010 relativos a despesas com cinzas e operação no pátio de carvão através da Conta de Desenvolvimento Energético - CDE. Tal desconto será realizado em 24 parcelas nos próximos reembolsos.

A Companhia apresentou impugnação e solicitação de efeito suspensivo junto à agência reguladora através do Processo nº 48513.026332/2011-00. A Companhia alega, sucintamente, que cabe ao Ministério de Minas e Energia a elaboração do Manual que prevê os procedimentos de ressarcimento destas despesas, através da CDE; incompetência da ANEEL para alteração dos procedimentos; existência de um Manual de Procedimentos da CDE, assinado pelo MME, ANEEL, ONS, onde consta expressamente que haverá a cobertura das despesas com cinzas e operação no pátio de carvão.

Tendo em vista estes argumentos, a Companhia entende que é totalmente infundado o desconto dos valores mencionados, pois há determinação de cobertura até a presente data. Quanto aos valores futuros, não poderá haver suspensão até que haja documento legal expedido pelo MME assim o determinando, não possuindo a ANEEL poderes para alteração destes procedimentos.

Na mesma linha de discussão encontrava-se pendente de reembolso até o 3º trimestre de 2011 valores referente ao reembolso pela CCC de combustível e serviços relativos ao uso de combustível carvão mineral para geração termelétrica na UTE Candiota III (Fase C), que segundo entendimento da ANEEL, estaria suportado na Tarifa praticada de suprimento junto às Distribuidoras, não dando direito à Companhia o benefício do reembolso pela Conta de Consumo de Combustível (CCC). Não houve abertura de qualquer Notificação ou Auto de Infração para este assunto, e em dezembro de 2011 houve o reembolso excepcionalmente pela CDE dos valores devidos até o mês de outubro por estarem já pagos pela CGTEE. Os valores pendentes somente serão ressarcidos após a comprovação do pagamento aos fornecedores. A Eletrobras definiu esta nova política para CCC/CDE onde o ressarcimento ocorre após a comprovação do pagamento que para o mês de novembro ocorreu o pagamento no final de dezembro de 2011, e foi enviado para a holding em Janeiro de 2012 estando em trâmite.

A Companhia interpôs em 23 de abril de 2011 Recurso Administrativo Inominado, com pedido de efeito suspensivo, com base no disposto no artigo 5o, LV, da CF/88 e dispositivos da Lei nº 9784/99 e na Resolução ANEEL nº 273/2007, o qual foi concedido à Companhia a continuidade de suas receitas, porém não autorizando os reembolsos registrados no contas a receber para o

Companhia de Geração Térmica de Energia Elétrica

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras intermediárias em 31 de março de 2013

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

combustível e serviços até a definição do julgamento na Agência. O processo ainda está pendente de julgamento, sem alteração até o momento do fechamento destas demonstrações financeiras.

(d) Questões ambientais (não auditado pelo auditor independente)

(i) Usina termelétrica de São Jerônimo

A Companhia é parte de um Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) com o Ministério Público Federal (MPF) que trata da redução das emissões atmosféricas da Usina de São Jerônimo, firmado em 1996.

A renovação da Licença de Operação da Usina Termelétrica de São Jerônimo, LO nº 5254/2000-DL, requerida em 14 de outubro de 2004, através do processo nº 6643-05.67/114, está vinculada ao atendimento do respectivo TAC. Até a apresentação destas demonstrações financeiras, a Companhia aguarda uma contrapartida da Fundação Estadual de Proteção Ambiental (FEPAM) sobre o assunto.

(ii) Usina termelétrica Presidente Médici

Em 13 de abril de 2011, foi celebrado o Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) entre a Eletrobras CGTEE, IBAMA, Eletrobras, Ministério de Minas e Energia, Ministério do Meio Ambiente e União, por intermédio da Advocacia Geral da União, para a adequação ambiental das Fases A e B da Usina Presidente Médici, localizada em Candiota - RS. O TAC prevê uma série de obrigações para a Eletrobras CGTEE até 31 de agosto de 2014 e conta com um investimento estimado da Eletrobras Holding de R\$ 241.835. Após a conclusão do TAC, espera-se a renovação pelo IBAMA da licença de operação da Usina Termelétrica Presidente Médici.

O TAC é gerenciado através de um portfólio de projetos e programas, nos quais as suas cláusulas foram agrupadas. Dentre os compromissos assumidos pela Eletrobras CGTEE, destacamos a conclusão da modernização e da ampliação da rede de monitoramento da qualidade do ar, da qualidade das águas de chuva e das condições meteorológicas.

A Eletrobras CGTEE também está realizando licitação internacional para a implantação do Sistema de Abatimento de Material Particulado e SO₂ na Fase B, que reduzirá as emissões atmosféricas da Usina no Meio Ambiente. Porém, o cumprimento desse compromisso no prazo estipulado do TAC é preocupante, pois a licitação ainda não foi concluída.

Além disso, a Companhia também está executando o projeto de recomposição de 1000 hectares de matas ciliares e/ou das áreas degradadas, localizadas nas bacias hidrográficas dos Rio Jaguarão e Arroio Candiota. Trata-se do Projeto Árvores Nativas, realizado através do plantio em áreas de assentamento rural e que conta com a cooperação técnica do INCRA e da Secretário de Desenvolvimento Rural, Pesca e Cooperativismo do Rio Grande do Sul. Além disso, a empresa está desenvolvendo o projeto de revegetação na área de preservação permanente da bacia de acumulação da Barragem II, com o plantio de aproximadamente 240.000 mudas de espécies nativas. O cumprimento de ambos os projetos de revegetação no prazo previsto no TAC é preocupante, pois depende do sucesso do plantio em áreas de terceiros. A Eletrobras CGTEE está envidando todos os esforços para assegurar o seu sucesso.”

Companhia de Geração Térmica de Energia Elétrica

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras intermediárias em 31 de março de 2013
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

19.1 Depósitos judiciais

A Companhia efetuou depósitos judiciais em diversos processos trabalhistas, para garantir a continuidade da discussão dos litígios, visando a mitigação.

O saldo está evidenciado no quadro abaixo:

	<u>31/03/2013</u>	<u>31/12/2012</u>
Depósitos judiciais	10.781	10.927
Total	<u>10.781</u>	<u>10.927</u>

20 Remuneração aos acionistas

A Companhia tem o seguinte saldo de dividendos a distribuir:

	<u>31/03/2013</u>	<u>31/12/2012</u>
Dividendos a distribuir		
Eletrobras	56.048	55.137
Outros	16	15
Total	<u>56.064</u>	<u>55.152</u>

Segue movimentação no primeiro trimestre de 2013 e 2012:

Saldo em 31/12/2012	<u>55.152</u>
(+/-) Variação monetária sobre dividendos não distribuídos	912
Saldo em 31/03/2013	<u>56.064</u>

21 Adiantamento para futuro aumento de capital

A Companhia tomou recursos junto a sua controladora para futuro aumento de capital.

A movimentação dos adiantamentos está demonstrada a seguir:

	<u>31/12/2012</u>	<u>Ingressos</u>	<u>Variação monetária</u>	<u>31/03/2013</u>
Contratos				
ECF 2840/2010	8.474	-	140	8.614
ECF 2941/2011	45.281	-	746	46.027
RES 0557/2012	25.000	-	-	25.000
RES 0997/2012	82.194	-	-	82.194
RES 0026/2013	-	60.395	-	60.395
Total	<u>160.949</u>	<u>60.395</u>	<u>886</u>	<u>222.230</u>

Companhia de Geração Térmica de Energia Elétrica

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras intermediárias em 31 de março de 2013
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

22 Outros passivos

	<u>31/03/2013</u>	<u>31/12/2012</u>
Pesquisa e Desenvolvimento (i)	11.048	10.822
Ressarcimento Venda de Cinzas (ii)	395	395
Credores diversos	462	902
Total	<u>11.905</u>	<u>12.119</u>

(i) Pesquisa e desenvolvimento

A Lei nº 9.991 de 24 de julho de 2000 dispõe sobre a realização de investimentos em pesquisa e desenvolvimento em eficiência energética por parte das empresas concessionárias, permissionárias e autorizadas do setor de energia elétrica, estabelecendo em seu artigo 2º que "as concessionárias de geração e empresas autorizadas à produção independente ficam obrigadas a aplicar, anualmente, o montante de, no mínimo, 1% (um por cento) de sua receita operacional em pesquisa e desenvolvimento".

A Lei nº 10.848, de 15 de março de 2004 alterou a Lei nº 9.991, estabelecendo em seu artigo 12, que do total aplicado anualmente em pesquisa e desenvolvimento devem ser destinados 40% ao Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico, 20% para o Ministério de Minas e Energia, a fim de custear os estudos e pesquisas de planejamento da expansão do sistema energético, bem como os de inventário e de viabilidade necessários ao aproveitamento dos potenciais hidrelétricos e 40% em projetos desenvolvidos pela própria empresa.

Alinhado com as novas orientações para a realização de projetos de P&D, a Companhia está procurando investir no desenvolvimento de tecnologias para inovação do sistema de combustão do carvão e biomassa, mitigação ambiental e eficiência energética.

(ii) Ressarcimento venda de cinzas

As receitas resultantes da venda de cinzas estavam sujeitas à transferência para a CDE até 27 de julho de 2012. O saldo acima está aguardando encontro de contas com o ressarcimento de combustível.

23 Imposto de renda e contribuição social

(a) Imposto de renda

O imposto de renda pessoa jurídica e a contribuição social estão sendo calculados pelo regime de apuração do lucro real anual, de acordo com o artigo 2º da Lei nº 9.430/1996.

(b) Prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social

Em 31 de março de 2013, a Companhia acumula prejuízos fiscais de imposto de renda e base negativa de contribuição social sobre o lucro, de caráter imprescritível, nos valores de R\$ 846.545 e R\$ 846.781 respectivamente. O CPC 32 - Tributos sobre os Lucros estabelecem condições para o registro contábil do ativo fiscal diferido decorrente de diferenças temporárias e de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social. Essas condições incluem

Companhia de Geração Térmica de Energia Elétrica

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras intermediárias em 31 de março de 2013

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

expectativa de geração de lucros tributáveis futuros, fundamentada em estudo técnico de viabilidade, que comprovam a realização do ativo fiscal diferido. O ativo fiscal diferido sobre tais prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social não foram reconhecidos nas Demonstrações financeiras considerando que as condições para registro não estão asseguradas. Tais ativos representariam, em 31 de março de 2013, respectivamente, R\$ 211.612 e R\$ 76.210.

(c) Reconciliação da despesa do imposto de renda e da contribuição social

A reconciliação entre a despesa de imposto de renda e de contribuição social pela alíquota nominal e pela efetiva está demonstrada a seguir:

	31/03/2013		31/03/2012	
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
Prejuízo antes ajuste RTT	(188.203)	(188.203)	(9.151)	(9.151)
Ajustes contábeis RTT	-	-	-	-
Resultado antes do IRPJ e da CSLL	(188.203)	(188.203)	(9.151)	(9.151)
Efeitos líquido de provisões temporariamente não dedutíveis - constituídas/(realizadas)	73.577	73.577	(996)	(996)
	(114.626)	(114.626)	(10.147)	(10.147)
Despesas não dedutíveis	1.304	1.304	1.217	1.217
Lucro real e base da CSLL antes das compensações	(113.322)	(113.322)	(8.930)	(8.930)
Compensações (prejuízos fiscais e Base negativa da CSLL)	-	-	-	-
Base de cálculo do IRPJ e CSLL após compensações	(113.322)	(113.322)	(8.930)	(8.930)
IRPJ e CSLL do período	-	-	-	-

24 Patrimônio líquido

24.1 Capital social

O capital social, totalmente integralizado, é composto por ações ordinárias nominativas, sem valores nominais, pertencentes a acionistas domiciliados no país, cujas quantidades estão distribuídas conforme segue:

	Quantidade de ações em 31/03/2013			
	Ordinárias	Total	Saldo em R\$ mil	Percentual
Centrais Elétricas Brasileiras S.A. – Eletrobras	5.208.871.888	5.208.871.888	770.766	99,989%
Outros	592.355	592.355	77	0,011%
Subtotal	5.209.464.243	5.209.464.243	770.843	100,000%
(-) Ações em tesouraria	(224.279)	(224.279)	(28)	-
Total	5.209.239.964	5.209.239.964	770.815	100,000%

Companhia de Geração Térmica de Energia Elétrica

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras intermediárias em 31 de março de 2013 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Quantidade de ações em 31/12/2012			
	Ordinárias	Total	Saldo em R\$ mil	Percentual
Centrais Elétricas Brasileiras S.A. – Eletrobras	5.208.871.888	5.208.871.888	770.766	99,989%
Outros	592.355	592.355	77	0,011%
Subtotal	5.209.464.243	5.209.464.243	770.843	100,000%
(-) Ações em tesouraria	(224.279)	(224.279)	(28)	-
Total	5.209.239.964	5.209.239.964	770.815	100,000%

24.2 Reserva de lucros

Em 31 de março de 2013, é constituída unicamente pela reserva legal.

	31/03/2013	31/12/2012
Reserva Legal	2.596	2.596
Total	2.596	2.596

25 Receita operacional líquida

	31/03/2013	31/03/2012
Suprimento de energia elétrica	58.256	139.473
Venda Cinzas	961	477
Aluguéis	-	4
Total receita operacional bruta	59.217	139.954
ICMS	(78)	(38)
COFINS	(4.501)	(10.637)
PIS/PASEP	(977)	(2.309)
Total Impostos e contribuições	(5.556)	(12.984)
RGR	(3.738)	(3.850)
P&D	(512)	(1.231)
Total Encargos setoriais	(4.250)	(5.081)
Total Deduções à receita operacional	(9.806)	(18.065)
Total	49.411	121.889

Companhia de Geração Térmica de Energia Elétrica

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras intermediárias em 31 de março de 2013
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

26 Custos e despesas operacionais

	31/03/2013			31/03/2012		
	Custo operacional	Despesa operacional	Total	Custo operacional	Despesa operacional	Total
Energia comprada para revenda	(121.979)	-	(121.979)	(38.123)	-	(38.123)
Encargos de uso da rede	(5.990)	-	(5.990)	(3.884)	-	(3.884)
Pessoal	(19.634)	(7.126)	(26.760)	(18.482)	(9.395)	(27.877)
Materiais	(22.038)	(58)	(22.096)	(17.223)	(119)	(17.342)
Serviços de Terceiros	(14.274)	(1.368)	(15.642)	(11.052)	(1.316)	(12.368)
Depreciação e Amortização	(17.434)	(313)	(17.747)	(21.577)	(254)	(21.831)
Provisões para contingências	-	-	-	-	-	-
Matéria-Prima e Insumos Prod. Energia Elétrica	(50.360)	-	(50.360)	(41.159)	-	(41.159)
(-) Recup.Despesas Subvenção Combustíveis	47.539	-	47.539	37.555	-	37.555
Outras	3.011	(1.523)	1.488	(3.302)	(1.196)	(4.498)
Total	(201.159)	(10.388)	(211.547)	(117.247)	(12.280)	(129.527)

26.1 Energia comprada para revenda

No primeiro trimestre de 2013, a Companhia precisou adquirir energia para cumprir seus contratos de comercialização. O aumento verificado, em relação ao mesmo período de 2012 deve-se ao aumento do preço médio do MWh, que foi motivado, principalmente, pela escassez de chuva, o que ocasionou uma redução na quantidade de energia ofertada, em função de a matriz energética brasileira ter sua maior fonte na geração hídrica.

O saldo foi assim composto:

	31/03/2013		31/03/2012	
	R\$ mil	MWh (*)	R\$ mil	MWh (*)
Custo				
Energia elétrica comprada para revenda	121.979	172.735	38.123	326.446
	121.979	172.735	38.123	326.446

* Dados não revisados pelo auditor independente

26.2 Serviços de terceiros

O aumento verificado deve-se a assinatura de Contrato de Operação e Manutenção da UTE Candiota III (Fase C) com a CITIC visando apoio operacional nesta unidade.

Companhia de Geração Térmica de Energia Elétrica

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras intermediárias em 31 de março de 2013
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

27 Resultado financeiro

	<u>31/03/2013</u>	<u>31/03/2012</u>
Rendimento de aplicações financeiras	355	1.269
Variações cambiais ativas (i)	10.217	86.058
Juros e multas	182	653
Outras	6	2
Total Receitas	<u>10.760</u>	<u>87.982</u>
Encargos de dívida	(23.990)	(19.105)
Variações cambiais passivas (i)	(11.924)	(69.380)
Outras	(934)	(1.017)
Total Despesas	<u>(36.848)</u>	<u>(89.502)</u>
Total	<u>(26.088)</u>	<u>(1.520)</u>

(i) Variações cambiais

A redução das variações cambiais ativas e passivas é reflexo de uma menor exposição à moeda estrangeira pela Companhia, devido à quitação de exigibilidades, com a consequente baixa de adiantamentos, e pela reclassificação de financiamentos, conforme nota 32.a.

28 Remuneração do pessoal-chave da administração (não revisado pelo auditor independente)

O pessoal-chave da administração inclui os conselheiros, diretores e o chefe da auditoria interna.

	<u>31/03/2013</u>	<u>31/03/2012</u>
Remuneração	341	283
Encargos sociais	86	73
Benefícios	15	13
Total	<u>442</u>	<u>369</u>

29 Instrumentos financeiros

A Companhia opera com diversos instrumentos financeiros, dentre os quais se destacam: disponibilidades, incluindo aplicações financeiras, contas a receber de clientes, contas a pagar a fornecedores e empréstimos e financiamentos que se encontram registrados em contas patrimoniais, por valores compatíveis de mercado.

Companhia de Geração Térmica de Energia Elétrica

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras intermediárias em 31 de março de 2013
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	<u>31/03/2013</u>	<u>31/12/2012</u>
Recebíveis		
Clientes	70.685	85.635
Direito de ressarcimento - CCC/CDE	64.724	64.176
Total Ativos financeiros	<u>135.409</u>	<u>149.811</u>
Mensurados ao custo amortizado		
Empréstimos e financiamentos	1.097.954	1.061.034
Fornecedores	323.838	265.967
Total Passivos financeiros	<u>1.421.792</u>	<u>1.327.001</u>

A Companhia não efetuou, durante o trimestre findo em 31 de março de 2013, operações com características de derivativos, definidos no CPC 38 - "Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração".

A Companhia mantém contratos de fornecimentos de Carvão com a CRM - Companhia Riograndense de Mineração, para atender suas unidades de produção em Candiota-RS e São Jerônimo-RS, denominadas UPME e USJE respectivamente. Em relação a estes contratos, a Companhia detém direitos de recebimento de subvenção para aquisição de combustíveis para produção de energia através da CDE (Conta de desenvolvimento energético), administrada pela Eletrobras. Desta forma, a maior parcela dos gastos com combustíveis destinados à geração é subsidiada

30 Estimativa do valor justo

A Companhia pressupõe que os saldos das contas a receber de clientes e contas a pagar aos fornecedores pelo valor contábil, menos a eventual estimativa de perda com créditos de liquidação duvidosa, esteja próxima de seus valores justos. O valor justo dos passivos financeiros, para fins de divulgação, é estimado mediante o desconto dos fluxos de caixa contratuais futuros pela taxa de juros vigente no mercado.

A Companhia aplica o CPC 40 para instrumentos financeiros mensurados no balanço patrimonial pelo valor justo, o que requer divulgação das mensurações do valor justo pelo nível da seguinte hierarquia de mensuração pelo valor justo:

- i) Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos (Nível 1);
- ii) Informações, além dos preços cotados, incluídas no Nível 1 que são adotadas pelo mercado para o ativo ou passivo, seja diretamente (ou seja, como preços) ou indiretamente (ou seja, derivados dos preços) (Nível 2);
- iii) Inserções para os ativos ou passivos que não são baseadas nos dados adotados pelo mercado (ou seja, inserções não observáveis) (Nível 3).

Companhia de Geração Térmica de Energia Elétrica

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras intermediárias em 31 de março de 2013
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	31/03/2013	
	Nível 1	Total
Caixa e equivalentes de caixa	4.082	4.082
Total	4.082	4.082

	31/12/2012	
	Nível 1	Total
Caixa e equivalentes de caixa	26.795	26.795
Total	26.795	26.795

O valor justo dos instrumentos financeiros negociados em mercados ativos (como títulos mantidos para negociação e disponíveis para venda) é baseado nos preços de mercado, cotados na data do balanço. Um mercado é visto como ativo se os preços cotados estiverem pronta e regularmente disponíveis a partir de uma Bolsa, distribuidor, corretor, grupo de indústrias, serviço de precificação, ou agência reguladora, e aqueles preços representam transações de mercado reais e que ocorrem regularmente em bases puramente comerciais. O preço de mercado cotado utilizado para os ativos financeiros mantidos pela Companhia é o preço de concorrência atual. Esses instrumentos, quando mantidos pela Companhia, são incluídos no Nível 1.

A Companhia não mantém instrumentos financeiros que não são negociados em mercados ativos (por exemplo, derivativos de balcão), tais instrumentos, quando existem, tem seus valores determinados mediante o uso de técnicas de avaliação. Essas técnicas de avaliação maximizam o uso dos dados adotados pelo mercado onde está disponível e confiam o menos possível nas estimativas específicas da entidade. Se todas as informações relevantes exigidas para o valor justo de um instrumento forem adotadas pelo mercado, o instrumento estará incluído no Nível 2.

Acrescenta-se, também, que a Companhia não detém instrumentos financeiros classificáveis no Nível 3. Os instrumentos financeiros são classificáveis neste nível quando uma ou mais informações relevantes não estiver baseada em dados adotados pelo mercado.

O CPC 38 - "Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração" estabeleceu mecanismos para a divulgação do valor de mercado dos instrumentos financeiros reconhecidos, ou não, nas demonstrações financeiras. Todos os ativos e passivos enquadrados como instrumentos financeiros (empréstimos, aplicações financeiras e outros), incluídos nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2012, não apresentam diferenças entre o valor de mercado e o contábil.

Todos os financiamentos e empréstimos tomados pela Companhia são contratados junto a Eletrobras.

31 Gestão de capital

Os objetivos da Companhia ao administrar sua estrutura de capital, são os de salvaguardar a capacidade de continuidade para oferecer retorno aos acionistas e qualidade nas obrigações previstas no contrato de concessão, além de perseguir uma estrutura de capital ideal para a redução dos seus custos.

Companhia de Geração Térmica de Energia Elétrica

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras intermediárias em 31 de março de 2013 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Os índices de alavancagem financeira em 31 de março de 2013 e 31 de dezembro de 2012 podem ser assim sumariados:

	31/03/2013	31/12/2012
Financiamentos e empréstimos	1.097.954	1.061.034
Fornecedores	323.838	265.967
(-) Caixa e equivalentes de caixa	(4.082)	(26.795)
(-) Conta de consumo de combustíveis - CCC/CDE	(64.724)	(64.176)
Dívida líquida	1.352.986	1.236.030
Patrimônio líquido	22.007	210.210
Total do capital	1.374.993	1.446.240
Índice de alavancagem financeira	98%	85%

32 Gestão de risco financeiro

No exercício de suas atividades a Companhia é impactada por eventos de riscos que podem comprometer os seus objetivos estratégicos. O gerenciamento de riscos tem como principal objetivo antecipar e minimizar os efeitos adversos de tais eventos nos negócios e resultados econômico/financeiros da Companhia.

Para a gestão de riscos financeiros, a Companhia definiu políticas e estratégias operacionais e financeiras, aprovadas por comitês internos e pela administração, que visam conferir liquidez, segurança e rentabilidade a seus ativos e manter os níveis de endividamento e perfil da dívida definidos para os fluxos econômico-financeiros.

Os principais riscos financeiros identificados no processo de gerenciamento de riscos são:

a) Risco com taxa de câmbio

Esse risco decorre da possibilidade da Companhia ter seus demonstrativos econômico-financeiros impactados por flutuações nas taxas de câmbio. Com o objetivo de mitigar este tipo de risco, foi concluída em novembro em 2012, uma operação com a Eletrobras, para troca de dívida indexada ao dólar norte-americano, proveniente de operações de financiamentos e empréstimos, por operações em reais atreladas à variação do IPCA e da SELIC.

b) Risco com taxa de juros

Esse risco está associado à possibilidade da Companhia contabilizar perdas em razão de oscilações das taxas de juros de mercado, impactando seus demonstrativos pela elevação das despesas financeiras, relativas a contratos de captação externa.

	31/03/2013	31/12/2012
Passivos		
Selic	401.446	172.028
IPCA	783.062	811.963
Juros contratuais	135.676	130.798
Total	1.320.184	1.114.789

Companhia de Geração Térmica de Energia Elétrica

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras intermediárias em 31 de março de 2013
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

c) Risco de liquidez

A companhia atua no monitoramento permanente dos fluxos de caixa de curto, médio e longo prazos, previstos e realizados, buscando evitar possíveis descasamentos e consequentes perdas financeiras e garantir as exigências de liquidez para as necessidades operacionais.

A tabela abaixo analisa os passivos financeiros não derivativos da Companhia por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente no balanço patrimonial até a data contratual do vencimento. Os valores divulgados na tabela são os fluxos de caixa não descontados contratados.

	31/03/2013			
	Menos de 1 ano	Entre 1 e 2 anos	Entre 2 a 5 anos	Acima de 5 anos
Fornecedores	323.838	-	-	-
Empréstimos e financiamentos	159.620	161.830	420.596	355.908
Obrigações estimadas	10.729	-	-	-
Adiantamento para futuro aumento de capital	-	222.230	-	-
Total	494.187	384.060	420.596	355.908

	31/12/2012			
	Menos de 1 ano	Entre 1 e 2 anos	Entre 2 a 5 anos	Acima de 5 anos
Fornecedores	265.967	-	-	-
Empréstimos e financiamentos	190.527	143.543	386.317	340.647
Obrigações estimadas	13.542	-	-	-
Adiantamento para futuro aumento de capital	-	160.949	-	-
Total	470.036	304.492	386.317	340.647

A gestão do risco de liquidez tem como principal objetivo monitorar os prazos de liquidação dos direitos e obrigações permitindo que a Companhia identifique se irá encontrar dificuldades que possam afetar a capacidade de pagamento da empresa, levando-se em consideração as diferentes moedas e prazos de liquidação de seus direitos e obrigações, que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Companhia na administração de liquidez é de garantir liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais, sem causar perdas ou risco de prejudicar a reputação da Companhia.

d) Risco de preço

Com a Lei nº 12.783/13, a remuneração das concessionárias geradoras hídricas passa a ser por tarifa determinada pela ANEEL. Já os contratos da Companhia se manterão inalterados até a divulgação, pela ANEEL, das regras de renovação das concessões térmicas.

Nas situações em que a Companhia precisa adquirir energia para complementar sua geração própria, ela o faz no mercado de curto prazo na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE), ficando, assim, exposta à variação do Preço de Liquidação das Diferenças (PLD).

e) Risco quanto à escassez de energia no mercado

Risco decorrente de possível período de escassez de chuvas, já que parte da energia

Companhia de Geração Térmica de Energia Elétrica

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras intermediárias em 31 de março de 2013

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

vendida pela Companhia é adquirida no âmbito da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE), energia esta gerada basicamente por usinas hidrelétricas, que dependem do volume de água em seus reservatórios para funcionamento. Um período prolongado de escassez de chuva pode reduzir o volume de água dos reservatórios das usinas e resultar em perdas devido ao aumento dos custos com compra de energia elétrica necessária para a Companhia cumprir seus contratos de suprimento.

Quando há uma escassez de chuva, as usinas térmicas são despachadas pelo ONS à plena carga (despacho por mérito) para otimização do sistema. O despacho por mérito é limitado à disponibilidade da usina (índices de indisponibilidades - TEIP e TEIF), e estes índices entram no cálculo da garantia física.

- (i) Os índices de indisponibilidades (TEIP e TEIF) reduzem a garantia física do agente.
- (ii) Quando a soma dos 12 meses das garantias físicas for menor que a soma dos 12 meses dos contratos (lastro de venda) o agente é penalizado.

Pelas regras de mercado, o agente pode firmar contrato de compra de energia para constituir sua garantia física e assim reduzir sua exposição ao Preço de Liquidação das Diferenças (PLD) e reduzir a penalidade por insuficiência de lastro.

A exposição ao mercado de curto prazo é calculada com base no PLD.

A penalidade será determinada com base no montante de insuficiência de lastro multiplicado pela média ponderada mensal dos PLDs dos períodos de apuração em que se verificou a insuficiência de lastro ou o Valor Anual de Referência (VR), o que for maior.

Em 2013, o valor do VR é de R\$ 129,51/MWh - conforme nota técnica nº 010/2012 SEM/ANEEL, de 23 de janeiro de 2012.

33 Análise de sensibilidade

33.1 Moeda estrangeira

Em 31 de março de 2013, a Companhia não possui ativos ou passivos em moeda estrangeira. Assim, não foi realizada análise de sensibilidade para variações em moeda estrangeira.

33.2 Taxa de juros

Foram realizadas análises de sensibilidade dos ativos e passivos indexados à taxa de juros pós-fixada em quatro diferentes cenários: dois com elevação das taxas do saldo devedor e dois com diminuição dessas taxas, ao final de 2013. As análises limitaram-se aos contratos concedidos que apresentem exposição à taxa de juros.

Companhia de Geração Térmica de Energia Elétrica

Notas explicativas da administração às demonstrações
financeiras intermediárias em 31 de março de 2013
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

a) Depreciação dos índices

	Saldo em 31/03/2013	Índice			Valor		
		Cenário provável em 2013	Cenário I (- 25%)	Cenário II (- 50%)	Cenário provável em 2013	Cenário I (- 25%)	Cenário II (- 50%)
Passivos							
Selic	401.446	1,0850	1,0638	1,0425	435.569	427.058	418.507
IPCA	783.062	1,0571	1,0428	1,0286	827.775	816.577	805.458
Total	1.184.508	-	-	-	1.263.344	1.243.635	1.223.965

b) Apreciação dos índices

	Saldo em 31/03/2013	Índice			Valor		
		Cenário provável em 2013	Cenário I (+25%)	Cenário II (+50%)	Cenário provável em 2013	Cenário I (+25%)	Cenário II (+50%)
Passivos							
Selic	401.446	1,0850	1,1062	1,1275	435.569	444.080	452.630
IPCA	783.062	1,0571	1,0714	1,0856	827.775	838.973	850.092
Total	1.184.508	-	-	-	1.263.344	1.283.053	1.302.722

34 Transações com partes relacionadas

A Companhia é controlada integral da Eletrobras. No primeiro trimestre de 2013, a Companhia realizou transações com empresas do grupo Eletrobras conforme demonstrado abaixo:

	Clientes	Direito de ressarcimento - CCC/CDE	31/03/2013	31/12/2012
CEAL	346	-	346	341
CEPISA	338	-	338	354
ELETROACRE	-	-	-	29
CELG-D	1.563	-	1.563	1.557
ELETROBRAS	-	64.724	64.724	64.176
Total do ativo	2.247	64.724	66.971	66.457

Companhia de Geração Térmica de Energia Elétrica

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras intermediárias em 31 de março de 2013
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Fornecedores	Empréstimos e financiamentos	Dividendos a distribuir	Adiantamento para futuro aumento de capital	Outros passivos	31/03/2013	31/12/2012
FURNAS	205	-	-	-	-	205	381
CHESF	40.488	-	-	-	-	40.488	65.455
ELETROSUL	257	-	-	-	-	257	202
ELETRONORTE	92	-	-	-	-	92	234
ELETOBRAS	-	1.097.954	56.048	222.230	395	1.376.627	1.277.515
Total do passivo	41.042	1.097.954	56.048	222.230	395	1.417.669	1.343.787

	Venda de energia	31/03/2013	31/03/2012
CEAL	837	837	804
CEPISA	604	604	1.804
ELETROACRE	30	30	71
CELG-D	5.583	5.583	4.435
Total da receita	7.054	7.054	7.114

	Compra de energia	Uso da rede elétrica	Despesa financeira	31/03/2013	31/03/2012
FURNAS	-	(643)	-	(643)	(205)
CHESF	(21.235)	(482)	-	(21.717)	(12.865)
ELETROSUL	-	(428)	-	(428)	(385)
ELETRONORTE	-	(353)	-	(353)	(231)
ELETOBRAS	-	-	(23.990)	(23.990)	(19.105)
Total da despesa	(21.235)	(1.906)	(23.990)	(47.131)	(32.791)

35 Compromissos operacionais de longo prazo (não revisado pelo auditor independente)

Os principais compromissos operacionais de longo prazo da Companhia são os seguintes:

a) Venda de energia

A Companhia fornece energia de acordo com contratos firmados através dos seguintes leilões de energia:

- 2º Leilão de energia de empreendimentos já existentes: contratos vigentes até o ano de 2015;

Companhia de Geração Térmica de Energia Elétrica

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras intermediárias em 31 de março de 2013
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

- 4º Leilão de energia de empreendimentos já existentes: contratos vigentes até o ano de 2016;
- 1º Leilão de energia de novos empreendimentos: contratos vigentes até o ano de 2024.

Os saldos estimados relativos à venda de energia para os próximos anos estão mostrados a seguir:

	Venda de energia 2º leilão	
	R\$ mil	MWh
2014	116.221	911.040
2015/2016	122.033	911.040
2017/2018	-	-
Após 2018	-	-
Total	238.254	1.822.080

	Venda de energia 4º leilão	
	R\$ mil	MWh
2014	41.969	306.600
2015/2016	90.339	613.200
2017/2018	-	-
Após 2018	-	-
Total	132.308	919.800

	Venda de energia 1º leilão	
	R\$ mil	MWh
2014	499.627	3.321.792
2015/2016	1.075.447	6.643.584
2017/2018	1.185.680	6.643.584
Após 2018	4.337.338	19.930.752
Total	7.098.092	36.539.712

b) Aquisição de combustíveis

A Companhia adquire carvão mineral da Companhia Riograndense de Mineração (CRM), com a seguinte previsão para os próximos exercícios:

	Aquisição de carvão	
	R\$ mil	Toneladas
2014	157.236	3.300.000
2015/2016	330.195	6.600.000
2017/2018	177.765	3.384.000
Após 2018	559.960	10.152.000
Total	1.225.156	23.436.000

Companhia de Geração Térmica de Energia Elétrica

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras intermediárias em 31 de março de 2013
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

c) Aquisição de insumos

A Companhia adquire cal, para controle das emissões de resíduos das suas usinas, com a seguinte previsão para os próximos exercícios:

	Aquisição de cal	
	R\$ mil	Toneladas
2014	42.523	101.380
2015/2016	91.531	202.760
2017/2018	79.701	162.208
Após 2018	87.870	162.208
Total	301.625	628.556

d) Compra de energia

A Companhia não mantém contratos de longo prazo para compra de energia. Quando necessário complementar a geração própria para suprir os contratos em vigor, ela recorre aos leilões de curto prazo da Câmara de comercialização de energia elétrica (CCEE). No primeiro trimestre de 2013, a Companhia comprou energia conforme a nota 26.

36 Seguros (não revisado pelo auditor independente)

A especificação por modalidade de risco e data de vigência está demonstrada a seguir:

Risco	Data de vencimento			31/03/2013	31/12/2012
		Importância Segurada	Prêmio total	Prêmio a apropriar	Prêmio a apropriar
Compreensivo empresarial	10.11.13	33.512	184	113	-
Riscos diversos	31.12.12	2.521	46	32	-
Responsabilidade Civil Fase C	31.12.12	44.000	200	150	-
Riscos Operacionais Fase C	31.12.12	1.174.000	4.567	3.425	-
Riscos Operacionais	31.12.12	966.100	1.315	987	-
Roubo incêndio e colisão	16.06.13	2.500	20	3	8
		<u>2.222.633</u>	<u>6.332</u>	<u>4.710</u>	<u>8</u>

A Eletrobras CGTEE, através das Resoluções de Diretoria 399/12 e 404/12, aprovou a renovação das apólices de seguro com vencimento em 31 de dezembro de 2012 para o exercício de 2013.

37 Inconstitucionalidade do PIS/PASEP e da COFINS

O Supremo Tribunal Federal - STF declarou a inconstitucionalidade do parágrafo 1º do artigo 3º da Lei nº 9.718/98, que ampliou a base de cálculo do PIS/PASEP e da COFINS e deu, naquela época, novo conceito ao faturamento, que passou a abranger todas as receitas auferidas pelas pessoas jurídicas, independentes do tipo de atividade exercida e a classificação contábil adotada. Tal dispositivo não possuía previsão constitucional que o amparasse, tendo sido objeto de emenda constitucional posterior.

Companhia de Geração Térmica de Energia Elétrica

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras intermediárias em 31 de março de 2013

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

A Companhia possui créditos fiscais em potencial de PIS/PASEP, relativo ao período de fevereiro de 1999 a novembro de 2002, e de COFINS, relativo ao período de fevereiro de 1999 a janeiro de 2004, no montante de R\$ 12.297, não registrado nas Demonstrações financeiras.

A Companhia ajuizou ação ordinária em dezembro de 2007 através do Processo nº 2007.71.00.048592-4, onde consta como ré a Fazenda Nacional, requerendo a restituição dos tributos PIS/PASEP e COFINS cuja arrecadação foi declarada inconstitucional pelo STF.

Em 1º de outubro de 2008, houve o julgamento de procedência da ação ordinária nº 2007.71.00.048592-4 na 2a. Vara Federal Tributária de Porto Alegre - RS ajuizada contra a União Federal na Justiça Federal, na qual a União Federal foi condenada a restituir à Companhia os valores recolhidos indevidamente no período de fevereiro de 1999 a novembro de 2002, em relação ao PIS (R\$ 1.552), e de fevereiro de 1999 a janeiro de 2004, em relação à COFINS (R\$ 10.745), totalizando R\$ 12.297, que deverão ser atualizados pela taxa SELIC, desde a data de cada recolhimento indevido.

Todavia, a União apelou, a Companhia apresentou contra-razões, e o processo foi remetido ao Tribunal Regional Federal para julgamento. A apelação foi julgada parcialmente procedente, entendendo que são repetíveis somente as parcelas pagas posteriormente a 08 de julho de 2000. As partes opuseram embargos de declaração, os quais foram acolhidos parcialmente para fins de prequestionamento. Após, as partes apresentaram recursos especiais e extraordinários, não sendo admitidos os recursos especial e extraordinário da União, sendo admitido o recurso especial da CGTEE e sobrestado o recurso extraordinário da CGTEE até decisão definitiva do STF acerca da matéria.

Considerando haver recurso pendente apenas no tocante ao período de Fevereiro de 1999 a julho de 2000, tendo ocorrido o trânsito em julgado em relação ao restante do período, a Companhia apresentou pedido de habilitação de crédito junto à Receita Federal para posterior compensação tributária, o qual encontra-se pendente de julgamento na esfera administrativa.

38 Assuntos regulatórios (não revisado pelo auditor independente)

Com a descontratação de energia prevista pela Lei nº 9.648 de 27 de maio de 1998, a Companhia passou a gerar energia liberada dos contratos iniciais. Para a venda desta energia, a Lei nº 10.438 de 26 de abril de 2002, estabeleceu que as Concessionárias de Geração de Serviço Público, sob controle Federal, somente podem vender sua parcela de energia livre, incluída a energia liberada dos Contratos Iniciais, em Leilões Públicos regulamentados pela ANEEL ou no âmbito da CCEE.

A Companhia participou nos leilões de energia proveniente de empreendimentos existentes buscando colocação para a energia descontratada, como produto desta participação obteve os seguintes resultados:

- Leilão 2º - Produto 2008/2015 - 104MW - Os contratos já tiveram atualizações tarifárias pelo IPCA até dezembro de 2012, sendo a tarifa média anual praticada de R\$ 115,02 por MW/h. O período de vigência do contrato é de oito anos, com início de suprimento a partir de 1º de janeiro de 2008, o qual originou contratos de suprimento de energia com 34 agentes de distribuição.
- Leilão 4º - Produto 2009/2016 - 35MW - Os contratos já tiveram atualizações tarifárias pelo IPCA até dezembro de 2012, sendo a tarifa média anual praticada de R\$ 123,91 por MW/h. O período de vigência do contrato é de oito anos, com início de suprimento a partir de 1º de janeiro de 2009, o qual originou contratos de suprimento de energia com 17 agentes de distribuição.

Companhia de Geração Térmica de Energia Elétrica

**Notas explicativas da administração às demonstrações
financeiras intermediárias em 31 de março de 2013**
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

A Companhia participou em dezembro de 2005 do primeiro Leilão de Energia dos Novos Empreendimentos, onde realizou a comercialização 292 MW/h médios por ano, cuja energia será proveniente da UTE Candiota III (Fase C) da Usina Presidente Médici, pelo período de 15 anos, com início de suprimento a partir de 1^o de janeiro de 2010 ao preço de R\$ 129,50 por MW/h (base IPCA dezembro de 2005). Os contratos já tiveram atualizações tarifárias pelo IPCA até dezembro de 2012, sendo a tarifa fixa média anual praticada de R\$ 173,38 por MWh. Esta comercialização de energia originou contratos de suprimentos de energia com 31 agentes de distribuição, que foram assinados em 26 de agosto de 2006.

* * *

**Companhia de Geração Térmica
de Energia Elétrica**

**Notas explicativas da administração às demonstrações
financeiras intermediárias em 31 de março de 2013**
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Sereno Chaise
Presidente

Clóvis Ilgenfritz da Silva
Diretor Financeiro e Relações com o Mercado

Luiz Henrique de Freitas Schnor
Diretor Técnico e de Meio Ambiente

Sandro Figueiredo de Oliveira
Diretor Administrativo

João Luis Lucas Maracci
Contador CRC-RS 46.907